

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.283 - MS (2019/0216096-8)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL E CRIMINAL DE MIRANDA - MS**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE BURITAMA - SP**
INTERES. : **LIDIANE SILVA TEIXEIRA CRUZ**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
INTERES. : **AUREO JOSE DA CRUZ JUNIOR - ESPÓLIO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. PEDIDO DE ALVARÁ JUDICIAL. SÚMULA 33/STJ.

1. A competência relativa é incompatível com a declinação de ofício, segundo enuncia a Súmula 33/STJ.
2. Conflito conhecido para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE BURITAMA - SP.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL E CRIMINAL DE MIRANDA - MS, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE BURITAMA - SP, suscitado.

Ação: pedido de alvará judicial para levantamento de valores ajuizado por LIDIANE SILVA TEIXEIRA CRUZ e OUTRO.

Decisão do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE BURITAMA - SP: considerando que "o veículo, cuja propriedade os autores pretendem transferir, foi objeto de inventário na Comarca de Miranda-MS, onde já ocorreu a sua partilha", declinou da competência e determinou a remessa dos autos àquela Comarca.

Decisão do JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL E CRIMINAL DE MIRANDA - MS: suscitou o presente conflito de competência, ao argumento de que "o processo de inventário já se encontra sentenciado, pelo que a prestação jurisdicional foi encerrada, o que impede a conexão dos feitos em questão".

Parecer do MPF: deixou de opinar.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Conheço do conflito, porquanto envolve juízos vinculados a Tribunal diversos, nos moldes do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

A jurisprudência desta Corte já perfilhou entendimento segundo o qual a competência para apreciar o pedido de alvará judicial, procedimento de jurisdição voluntária, é relativa, incompatível com a declinação de ofício, segundo enuncia a Súmula 33/STJ: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

Sobre o tema: CC 102.965/BA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06/04/2009; CC 52.781/PR, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 12/12/2005; CC 19.334/MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Segunda Seção, julgado em 28/11/2001, DJ 25/2/2002.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito negativo de competência e estabeleço como competente o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE BURITAMA - SP.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora